

Repercussão positiva nos Estados Unidos

A. M. PIMENTA NEVES
Nosso correspondente

WASHINGTON — Cerca de um mês depois de ter reiniciado as negociações em Nova York e um dia e meio após o presidente José Sarney ter anunciado em Brasília uma série de medidas de impacto para controlar a inflação, o comitê dos bancos internacionais que assessorava o Brasil nas negociações de sua dívida externa anunciou ontem ter chegado a um acordo com o governo em torno de um pacote de US\$ 31 bilhões e redução significativa dos juros. O acordo será agora submetido aos 700 bancos credores do Brasil em todo o mundo e os contratos poderão ser assinados em junho, disse o comitê.

As negociações do comitê com a delegação brasileira, chefiada por Antônio de Pádua Seixas, diretor de dívida externa do Banco Central, terminaram sábado, às 19h30. Quando se perguntou a um banqueiro importante se a adoção das medidas antiinflacionárias pelo governo havia influído na decisão do comitê de concluir as negociações que se arrastavam há várias semanas, ele disse: "Acho que não".

Mas uma fonte americana disse que a reação às medidas antiinflacionárias nos meios financeiros foi em geral positiva, embora nem todas as suas implicações sejam conhecidas. "Os bancos estavam extremamente preocupados com a inflação no Bra-

sil e o próprio governo estava preocupado. Mas não havia ficado claro para os bancos antes quanto seriamente o governo encarava o problema", afirmou a fonte.

O pacote amarrado sábado à noite inclui o reescalonamento por sete anos das amortizações de 1985 (US\$ 6 bilhões). A rolagem por um ano das amortizações de 1986 (US\$ 9,5 bilhões) e a extensão por cerca de um ano das linhas de crédito de curto prazo, comerciais e de depósitos interbancários, no valor de US\$ 15,5 bilhões, segundo o comunicado de duas páginas emitido pelo comitê de 14 bancos internacionais liderado por William Rhodes, vice-presidente senior do Citibank. Esses valores são aproximados. A dívida total de médio e longo prazo do Brasil com os bancos privados internacionais é de US\$ 66 bilhões.

SPREADS CAEM

A proposta do comitê aos bancos concede uma redução dos spreads (taxa de risco) ao Brasil, que pagará 1,125 ponto de porcentagem sobre a taxa interbancária de Londres (libor) ou "a taxa doméstica apropriada" de cada país credor, dependendo da moeda em que o empréstimo foi feito. A redução do spread se aplica apenas ao pagamento dos juros referentes a dívida vencida em 1985 e a dívida a vencer este ano. De qualquer maneira, representará um aba-

limento de aproximadamente um ponto de porcentagem na taxa de juro total que o País vinha pagando. Tudo indica que a concessão será aprovada pela maioria dos credores, cujos sentimentos sobre esse pormenor foram auscultados pelo comitê.

William Rhodes disse que a redução dos spreads reflete o significativo progresso conseguido pelo Brasil nas suas contas externas nos últimos anos. Observou que o País havia acumulado superávit comercial de US\$ 13,1 bilhões em 1984 e US\$ 12,45 bilhões em 1985 e que aumentará suas reservas de divisas para aproximadamente US\$ 9 bilhões desde o final de 1984, quando eram de US\$ 7,5 bilhões, e do final de 1983, quando eram negativas.

AMORTIZAÇÃO

As amortizações correspondentes a 1985, que serão reescaladas por sete anos, com cinco de carência, vencerão apenas a partir de 1991 e terão de ser pagas até 15 de março de 1993, ao longo de dois anos, portanto. mas como os bancos e o governo esperam que este acerto sirva de ponte para um acordo plurianual das amortizações da dívida externa, (que estenderia por muitos anos, em condições muito melhores, o pagamento do principal da dívida dos próximos cinco ou sete anos, eventualmente), é bem provável que o Brasil não tenha

de resolver essas obrigações em 1991 e 1992.

O comunicado confirmou também que as amortizações do principal da dívida previstas para este ano (1986) serão depositadas numa conta especial aberta para os credores no Banco Central do Brasil. O comunicado não esclarece se esses depósitos — que resultarão do pagamento em cruzados das prestações devidas pelo tomador final — poderão ser reemprestados às empresas brasileiras. Quando esteve em Nova York da vez anterior, Pádua Seixas disse que esses depósitos não seriam reemprestados. O comunicado também não faz menção à questão das operações 63 dos bancos brasileiros liquidados pelo governo. Alguns bancos continuam insatisfeitos com o tratamento que o governo vem dando ao caso.

Mas parece evidente agora que o Brasil deu os primeiros passos na sua política financeira e econômica no sentido de chegar a um entendimento de mais longo prazo com os credores a partir de 1987. O governo havia tentado lograr um acordo plurianual com os bancos já a partir deste ano, mas não conseguiu. Os banqueiros disseram ao governo — e depois William Rhodes confirmou isso publicamente — que o Brasil terá primeiro de se entender com o FMI (ainda que na forma de simples monitoramento de sua economia) para obter o plurianual ou novos empréstimos dos bancos.